

## SUMÁRIO

---

APRESENTAÇÃO.....	13
-------------------	----

NOTA DE LEITURA.....	17
----------------------	----

### A VINCULAÇÃO IMEDIATA DAS AUTORIDADES PÚBLICAS AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E OS DIREITOS COLETIVOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS “ESTATUTÁRIOS” NO BRASIL – O EXEMPLO DO DIREITO DE GREVE – ALGUM PARADOXO OU NECESSIDADE DE REFLEXÃO?

<b>Ana Cláudia Nascimento Gomes, Bruno Albergaria</b> .....	19
1 Introdução .....	19
2 O regime jurídico específico dos Direitos Fundamentais – brevíssima comparação entre a CRP/76 e a CR/88 – a aplicabilidade direta dos DF.....	20
3 O âmbito subjetivo de “Função Pública” para o presente estudo – o regime jurídico-público (“estatutário”) da Função Pública: características tradicionais .....	26
4 A Função Pública como exemplo da (controvertida) “Relação Especial de Poder” (ou “relação especial de sujeição”).....	34
5 Brasil: a aplicabilidade <i>mediata</i> do direito de greve da Função Pública como uma amostragem da influência da natureza estatutária do vínculo .....	39
6 Conclusão: a imprescindibilidade do debate .....	45
Referências .....	46

### O DIREITO A UMA DECISÃO ADMINISTRATIVA EM PRAZO RAZOÁVEL

<b>Ana Fernanda Neves</b> .....	51
1 Introdução .....	51
2 A tomada de decisão administrativa e a relevância do tempo .....	54
2.1 As formas de relevância do tempo na atividade administrativa .....	54
2.2 Os pressupostos para a tomada de uma decisão administrativa em prazo razoável .....	56
2.3 A “viabilidade” do direito a uma decisão administrativa em prazo razoável.....	58

3	O carácter razoável do prazo para a tomada de decisão administrativa.....	65
3.1	A distinção entre a duração da tomada da decisão e a razoabilidade do prazo de decisão .....	66
3.2	A razoabilidade do prazo de decisão e a justiça da decisão .....	67
3.3	Os termos inicial e final de aferição do tempo da tomada de decisão.....	68
3.4	Os critérios de aferição da razoabilidade do prazo de decisão administrativa .....	69
3.4.1	A complexidade da decisão .....	69
3.4.2	O contexto do procedimento .....	70
3.4.3	As etapas do procedimento de decisão.....	71
3.4.4	O comportamento dos sujeitos procedimentais .....	72
3.4.5	A importância para a esfera jurídica das pessoas.....	73
4	As consequências da violação do direito a uma decisão administrativa em prazo razoável .....	73
4.1	As consequências sobre o conteúdo da decisão.....	74
4.2	As consequências sobre a validade da própria decisão.....	75
4.3	As consequências indemnizatórias.....	76
4.4	As consequências para o titular do órgão competente para proferir a decisão.....	77
4.5	As consequências sobre o direito à tutela jurisdicional efetiva .....	78
5	Instrumentos de promoção da tomada de decisão em prazo razoável.....	78
6	Conclusões.....	80

## A FRUIÇÃO DO AMBIENTE – UM INTERESSE PROCEDIMENTALIZÁVEL

<b>Carla Amado Gomes</b> .....	83	
1	O <i>instrumentarium</i> do Direito Administrativo ao serviço do Direito do Ambiente: a relevância da noção de <i>procedimento</i> .....	83
2	O sentido do “direito ao ambiente” no artigo 66º/1 da CRP.....	86
2.1	O interesse de facto de fruição de bens colectivos .....	87
3	As dimensões pretensivas da norma do artigo 66º/1 da CRP: manifestações procedimentais e processuais .....	88
3.1	O direito de acesso à informação sobre ambiente .....	89
3.2	O direito de participação nos procedimentos de planificação e autorização com incidência ambiental.....	90
3.3	O direito de acesso à justiça ambiental .....	92

## JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE – O QUE DEVE MUDAR EM FACE DA LEI Nº 12.401/2011

<b>César Caúla</b> .....	95	
1	Introdução .....	95

2	Judicialização da saúde: seus problemas mais evidentes.....	96
3	Realidade decorrente da Lei nº 12.401/2011 .....	98
4	Perspectivas de aplicação da norma .....	105
5	Conclusão .....	127

## CÓDIGOS DE ÉTICA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – DEVERES, INFRAÇÕES E SANÇÕES. UM REGIME DISCIPLINAR À PARTE?

**Clarissa Sampaio Silva**..... 129

1	Introdução .....	129
2	Exigências éticas dos códigos de conduta da Administração Pública à luz do princípio da juridicidade administrativa.....	130
3	Códigos de Ética e o regime disciplinar dos agentes públicos: necessidade de atendimento das garantias constitucionais.....	136
3.1	A definição dos ilícitos disciplinares por violação às pautas éticas .....	136
3.2	A regular apuração do ilícito .....	142
4	A necessidade de criação por lei das penalidades administrativas .....	144
5	Proposta integrativa .....	147
6	Conclusão .....	148
	Referências .....	149

## VINCULAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA AO MÍNIMO EXISTENCIAL

**Eurico Bitencourt Neto**..... 153

1	Introdução .....	153
2	O direito ao mínimo existencial .....	155
3	Incidência do direito ao mínimo existencial sobre a Administração Pública .....	165
4	Conclusões.....	170
	Referências .....	171

## OS DIREITOS SOCIAIS ENTRE PROIBIÇÃO DE RETROCESSO E “AVANÇO” DO PODER JUDICIÁRIO? CONTRIBUTO PARA UMA DISCUSSÃO

**Ingo Wolfgang Sarlet**..... 175

1	O Estado Constitucional, o dever de progressiva realização dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais (DESCA) e o “avanço” do Poder Judiciário – aproximação e delimitação do tema .....	175
2	Conceito, fundamentação jurídico-constitucional e possibilidades (e limites) de aplicação da proibição de retrocesso em matéria de direitos sociais .....	182
2.1	Aspectos terminológicos e conceituais.....	182

2.2	Fundamentação da proibição de retrocesso na perspectiva jurídico-constitucional .....	190
3	Alguns critérios para aferição do alcance do princípio da proibição de retrocesso em matéria de direitos sociais .....	199
4	Considerações finais: separação de poderes, proibição de retrocesso e controle judicial no contexto de um constitucionalismo (ainda) dirigente .....	210

## PROCEDIMENTALIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO – IMPOSIÇÕES JUSFUNDAMENTAIS À ATIVIDADE ADMINISTRATIVA

	<b>Luísa Cristina Pinto e Netto</b> .....	215
1	Notas introdutórias .....	215
2	Procedimentalização da atividade administrativa e afirmação do “ <i>princípio do devido procedimento equitativo</i> ” .....	218
3	Concepção de procedimento administrativo consentânea com o “ <i>princípio do devido procedimento equitativo</i> ” .....	223
4	Participação administrativa procedimental .....	230
5	Garantias essenciais da participação administrativa procedimental .....	236
6	Notas conclusivas .....	240
	Referências .....	242

## ESTADO DE GARANTIA E MERCADO

	<b>Pedro António P. Costa Gonçalves</b> .....	249
1	Da separação à cooperação entre Estado e Mercado .....	250
2	Reconfiguração das responsabilidades públicas e Estado de Garantia .....	252
3	Fins do Estado de Garantia .....	256
3.1	Garantia do fornecimento de serviços essenciais .....	257
3.2	Garantia e protecção dos direitos dos utilizadores dos serviços essenciais .....	259
3.3	Garantia, protecção e promoção da concorrência .....	263
3.4	Garantia de um equilíbrio eficiente e justo entre interesse público e interesses privados .....	265
3.5	Garantia e credibilização de “soluções de mercado” promovidas pelo próprio Estado .....	266
3.6	Garantia e protecção de outros bens jurídicos .....	267
4	Instrumentos jurídicos de realização do Estado de Garantia .....	268
4.1	Direito da regulação .....	268
	<i>i)</i> Definição de um quadro regulatório de base ou transversal .....	270
	<i>ii)</i> Definição de um quadro regulatório sectorial .....	271
	<i>iii)</i> Acompanhamento e fiscalização dos regulados; punição dos infractores .....	273

4.2	Direito da adjudicação.....	273
4.3	Colaboração público-privada .....	275

## CONTROLE E LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA

<b>Rodolfo Viana Pereira</b> .....	279	
1	Introdução .....	279
2	A função democrática: o poder democraticamente controlado.....	284
3	O déficit democrático dos instrumentos de controle .....	286
4	O controle democrático reconstruído: a ampla esfera pública e participativa de controle.....	288
5	Linhas conclusivas .....	296
†	Referências .....	296

## CONTROLO JUDICIAL DA ADMINISTRAÇÃO E RESPONSABILIDADE DEMOCRÁTICA DA ADMINISTRAÇÃO

<b>Sérvulo Correia</b> .....	299	
1	Propósito do estudo .....	299
2	Estado de direito democrático e princípio democrático.....	302
3	Princípio democrático e responsabilidade democrática ( <i>accountability</i> ) da Administração.....	304
4	A efetivação da responsabilidade democrática da administração através do controlo judicial.....	311

<b>SOBRE OS AUTORES</b> .....	317
-------------------------------	-----